

SINDICALISMO AMARELO

As expressões *sindicalismo amarelo* ou *sindicalismo reformista* remetem à estratégia sindical – e, por analogia, aos sindicatos que a praticavam – oposta àquela adotada pelas resoluções dos congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920, chamada de *sindicalismo revolucionário* ou *de ação direta*, inspirada nas concepções da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa. Portanto, a designação, difundida a partir da década de 1910, somente ganha sentido na confrontação com a outra forma de sindicalismo então existente.

DUAS CONCEPÇÕES SINDICAIS

As divergências entre as duas concepções sindicais iam das formas de organização do sindicato até as formas de luta adotadas, passando pela relação com a política. O sindicalismo amarelo preservou nos sindicatos a estrutura hierárquica de organização das diretorias, com cargos dotados de atribuições específicas (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro etc.), existente em outros tipos de associações, como as sociedades mutualistas. Enquanto isso, o sindicalismo revolucionário preconizava direções coletivas, por meio de comissões administrativas, contando apenas com um secretário-geral. Era frequente que, além de exercer funções sindicais, os sindicatos da primeira corrente fornecessem auxílios a seus associados (por falecimento, desemprego, doença), e para tanto a estabilidade financeira do sindicato era uma questão central. Já seus concorrentes eram contrários às atividades “benéficas” e viam com maus olhos a prosperidade financeira dos sindicatos.

No que diz respeito às formas de luta, para o sindicalismo amarelo a greve deveria ser vista como último recurso, a ser empregado apenas depois de esgotadas outras formas de pressão e negociação. Já para o sindicalismo revolucionário a greve era o meio de ação privilegiado. Outro ponto de nítida divergência entre as correntes sindicais dizia respeito à política: se, para o sindicalismo revolucionário, os sindicatos eram organizações de fins econômicos, deixando de fora a política e repelindo o recurso à intermediação, no sindicalismo amarelo o recurso a intermediários, como advogados, políticos e autoridades, era visto como um meio lícito de auxiliar o sindicato no encaminhamento de suas

reivindicações, e não raro figuravam entre seus projetos a participação eleitoral e a constituição de partidos operários. Por último, uma diferença marcante entre o sindicalismo amarelo e seus adversários no meio sindical era a crença que conquistas deveriam ser consolidadas por meio de leis e a defesa da função arbitral do Estado nas relações de trabalho.

Sob o rótulo geral de sindicalismo amarelo ou reformista, figuravam diversas correntes político-ideológicas que, a despeito de sua concordância na ação sindical, raramente atuavam de forma unificada. O sindicalismo amarelo abrigava socialistas, republicanos, positivistas, cooperativistas e também aqueles que defendiam apenas conquistas econômicas de alcance imediato, a exemplo dos dirigentes sindicais dos portuários cariocas na década de 1920. No caso da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ganhou maior visibilidade, o sindicalismo amarelo esteve mais particularmente presente entre os portuários, marítimos, ferroviários, cocheiros e carroceiros, trabalhadores do Estado, mas também entre gráficos, padeiros, trabalhadores têxteis e metalúrgicos. Entre seus seguidores havia tanto brasileiros quanto estrangeiros. Desse modo, qualquer tentativa de estabelecer correlações automáticas entre setor de produção e origem nacional ou étnica e opção sindical, como chegaram a sugerir vários autores que analisaram o fenômeno, parece de difícil comprovação. Ademais, o sindicalismo amarelo como prática sindical não se restringiu ao Rio de Janeiro, mas pode ser encontrado no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco, em Alagoas e até mesmo no estado de São Paulo, usualmente considerado imune à sua influência.

O momento culminante da influência e coesão do sindicalismo amarelo ocorreu no início da década de 1910, especialmente com a realização, em novembro de 1912, no Rio de Janeiro, do 4º Congresso Operário Brasileiro – o sindicalismo reformista considerava os congressos socialistas de 1892 e de 1902 respectivamente como o 1º e o 2º, e o 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906 como o 3º congresso. A organização ficou a cargo da Liga do Operariado do Distrito Federal, que contava entre seus membros com participantes dos congressos anteriores. Para promover o encontro, a Liga tomou como pretexto uma entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* pelo deputado federal pela Bahia, tenente Mário Hermes, filho do então presidente da República marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), propondo a realização de um congresso operário que servisse para

apontar as principais necessidades da classe a fim de subsidiar sua ação legislativa em favor dos trabalhadores.

Desse modo, a organização do congresso obteve como local para sua realização o palácio Monroe, então sede do Senado Federal, além de passagens gratuitas para os delegados na Estrada de Ferro Central do Brasil. Em número de delegações e de unidades da Federação representadas, foi o congresso operário mais representativo da Primeira República, com 74 delegações do Distrito Federal e 15 estados. Tais números ultrapassaram de longe o congresso operário de 1906 e não seriam superados pelos congressos de 1913 e 1920. Apesar da ligação próxima com o deputado tenente, o que valeu ao congresso acusações de oficialismo, as resoluções aprovadas foram muito além daquilo que pretendia seu mentor, abrangendo desde questões relacionadas ao trabalho, tais como a jornada de oito horas, o repouso semanal, a indenização por acidentes de trabalho, até questões de natureza nitidamente política, como a reforma fiscal (fim dos impostos indiretos e taxa direta e progressiva sobre a propriedade e a renda), a abolição imediata da Lei de Expulsão de Estrangeiros de 1907, e a criação de um partido político operário. Além disso, uma moção de apoio incondicional ao governo Hermes da Fonseca, apresentada por um dos delegados, foi derrotada, com a aprovação em seu lugar de congratulações ao governo por seu programa de construção de vilas operárias.

Outro momento de certa preeminência do sindicalismo amarelo na Primeira República foi a aliança firmada em fins de 1923 entre o recém-criado Partido Comunista do Brasil (PCB) e uma das correntes do sindicalismo reformista, congregada na Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira. Essa aliança garantiu espaço ao PCB na imprensa diária por meio da coluna “No meio operário” do jornal *O País*, redigida por Sarandi Raposo, líder do sindicalismo cooperativista. Tal política constituiu um esforço para levar adiante a “frente única operária” propugnada pela Internacional Comunista, mas a aliança foi de curta duração, chegando ao fim após o levante tenentista de 1924, com a consequente decretação de novo estado de sítio pelo presidente Artur Bernardes.

ORIGEM E USO DA EXPRESSÃO

Se desde o 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906 a divisão do sindicalismo em duas correntes era mencionada pelos contemporâneos, não havia ainda uma designação

precisa para a corrente sindical que se opunha à ação direta. Eram diversos os termos pelos quais os partidários do sindicalismo amarelo eram referidos por seus adversários. Chamados, por exemplo, de políticos ou mistificadores, eram acusados de estar a serviço dos patrões ou do Estado e de promover o enfraquecimento das associações operárias.

A designação sindicalismo amarelo, de caráter pejorativo, passou a ser empregada apenas no final dos anos 1910 pelos partidários do sindicalismo da ação direta e depois pelo PCB, para designar seus concorrentes no movimento sindical. A origem do termo foi o *syndicalisme jaune* francês, corrente sindical minoritária, estruturada em federação nacional em 1902, financiada pelo patronato, oposta às greves, defensora da livre iniciativa, contrária à intervenção estatal, nacionalista, antissocialista e católica. Portanto, o sindicalismo amarelo brasileiro tinha notáveis diferenças com seu homônimo francês. Note-se ainda que o substantivo amarelo, também em virtude do exemplo francês, era usado no início do século XX nos movimentos operários brasileiro e português como sinônimo de fura-greves.

Em fins da década de 1910, a metáfora das cores para designar a oposição entre sindicalismo revolucionário (vermelho) e sindicalismo reformista (amarelo) era de uso corrente em determinados órgãos da imprensa operária partidários da ação direta, como no jornal *Spartacus*, do Rio de Janeiro, de 1919.

Nos documentos do PCB da década de 1920, a expressão sindicalismo amarelo seria inteiramente incorporada ao vocabulário. E no jornal *A Nação*, que se tornou porta-voz do PCB em 1927, frequentemente era associada à Segunda Internacional, ainda que na prática nunca tenha havido uma relação próxima entre os grupos políticos da Primeira República e a organização internacional dos partidos socialistas.

O SINDICALISMO AMARELO NA HISTORIOGRAFIA

Astrojildo Pereira, secretário geral do PCB nos anos 1920, consagrou o uso da expressão como sinônimo de reformismo no livro *Formação do PCB* (1962), no qual preserva o vocabulário empregado nos documentos do partido no período em que este foi por ele dirigido. Desde então diversos trabalhos acadêmicos incorporaram a expressão como sinônimo de sindicalismo reformista – foi o caso de Dulles (1977) –, ainda que outros tenham preferido outras designações, a exemplo de Boris Fausto (1977), que optou por

“trabalhismo carioca”, restringindo o fenômeno ao então Distrito Federal. Todavia, até os anos 1980, o fenômeno recebeu pouca atenção da maioria da produção historiográfica, que se restringia a registrar a realização do 4º Congresso Operário Brasileiro, supostamente “promovido” pelo governo do marechal Hermes da Fonseca, designando esse encontro pelo anacronismo de “congresso pelego” (Foot e Leornardi, 1982). Nessa década, dissertações de mestrado e teses de doutorado, algumas das quais publicadas, começaram a dedicar um espaço maior ao fenômeno e a apresentar análises mais matizadas

Na década de 1990, pesquisas enfocando o movimento operário da Primeira República em outras localidades ou estados, além do Rio de Janeiro e São Paulo, mostraram a existência de práticas sindicais que poderiam facilmente ser classificadas como sindicalismo amarelo ou reformista.

Cláudio Batalha

FONTES: BATALHA, C. *Syndicalisme*; BATALHA, C. *Uma outra; Conclusões*;
DULLES, J. *Anarquistas*; FAUSTO, B. *Trabalho*; FENELON, D. *Congresso*; FOOT, F.;
LEONARDI, V. *História*; GOMES, A. *Invenção*; KAREPOVS, D. *Esquerda*; PEREIRA,
A. *Formação*; VELASCO E CRUZ, M. *Amarelo*; ZAIDAN FILHO, M. *Pão-e-pau*.